

# ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, FONTES E HISTORIOGRAFIA DA HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL (1990-2008)

Décio Gatti Júnior  
*degatti@ufu.br*

**RESUMO:** Trata-se da apresentação de reflexões realizadas a partir da análise da produção histórico-educacional vinculada à temática da História das Disciplinas Escolares. Depreende-se da análise a existência de fundamentos teórico-metodológicos da História das Disciplinas Escolares que comportam a recusa de tratar a temática da disciplina escolar de modo prescritivo e a-histórico, o esforço em abordar a temática de modo compreensivo e, por fim, a busca da compreensão dos usos sociais das disciplinas nos diferentes níveis de ensino. Do ponto de vista das fontes, a história das disciplinas escolares existe fertilidade na utilização de evidências, tais como as mais comumente apresentadas nas investigações neste campo, a saber: bibliografia variada, documentos impressos e manuscritos, depoimentos orais e iconografia.

**PALAVRAS-CHAVE:** História, Educação, Disciplina, Teoria, Fontes.

## 1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS RELEVANTES

A abordagem proposta pela História das Disciplinas Escolares (Chervel, 1990) opõe-se às análises presentes na obra do especialista em didática da matemática, Yves Chevallard, para quem a didática é a criadora dos processos de transposição do conhecimento científico ao escolar (Bittencourt, 2003; Valente, 2004). Nesse sentido, Magalhães (1998), explicita o fundamento teórico que a embasa, pois

[...] as disciplinas, enquanto domínios do conhecimento científico, autônomos, não apenas não existiam assim arrumadas antes da formação das disciplinas escolares, como na sua constituição o primado da educação

---

\* Professor de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do CNPq e da FAPEMIG.

supera o da ciência, pelo que a história das disciplinas escolares é um componente epistemológica fundamental, legitimadora e identitária da constituição desses domínios de saber (MAGALHÃES, 1998, p. 14).

Na direção apontada por Magalhães, André Chervel foi o pioneiro em tomar as disciplinas escolares e, conseqüentemente, os saberes dos quais são portadoras, não como a simples adaptação ou transposição do saber de referência para a disciplina escolar, pois que para ele a constituição dos saberes escolares, concretizados especialmente por meio das disciplinas, segue itinerário bastante diferenciado, obedecendo a demandas de esferas sociais quase nunca idênticas àquelas existentes exclusivamente na produção do conhecimento científico (GATTI JR, 2004: 28-9). Para Chervel, a disciplina escolar é

[...] constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e de um aparelho docimológico, os quais a cada estado da disciplina, funcionam em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades. (CHERVEL, 1990, p. 207)

A inovação contida nessa nova forma de abordagem das disciplinas escolares embasa uma análise historiográfica sobre a disciplina História da Educação, que leva os historiadores da educação a “[...] subordinar as reflexões epistemológicas aos resultados da pesquisa sobre o itinerário institucional e social percorrido por aquela disciplina” (WARDE, 1998: 88), o que de toda maneira leva à superação de análises oriundas do campo denominado de Filosofia da História pela análise historiográfica.

Não se trata de uma negligência frente aos aspectos onto-epistêmicos presentes na pesquisa e na investigação científica, mas, sim, de forçar uma análise sempre difícil que exige o reconhecimento da dimensão histórica como fundamento para a análise no âmbito das ciências humanas, ou seja, da necessária articulação entre teoria e evidência, em oposição às tendências abstratas que predominavam no campo.

Assim, pode-se elencar, a partir de SANTOS (2007), sete categoriais definidas segundo a experiência da pesquisadora na temática, a saber: presença, identidade, normas e finalidades, perfil programático, perfil docente, perfil discente e materiais pedagógicos.

A categoria de presença comporta as variáveis institucionais e de cursos em que a disciplina aparece, com diversidade ampla, incluindo Escolas

Normais, escolas de 2º. Grau, instituições de ensino superior e programas de pós-graduação.

Quanto à identidade, as preocupações recaem sobre a diversidade de denominação, do estado, de regime e de carga horária. As normas e finalidades são buscadas no exame do contexto sócio-histórico mais amplo expresso em documentos legais sobre natureza e especificidade do ensino da disciplina e determinações do currículo prescrito.

O perfil programático estende-se pelo exame das variáveis: matriz epistemológica; organização dos conteúdos (dimensões de espaço e de tempo); organização horizontal; currículo em ação (seleção de conteúdos e escolha de métodos pedagógicos); metodologia de ensino; material pedagógico.

O perfil docente examina-se a partir das seguintes variáveis: formação (titulação); recrutamento (forma de ingresso); atividade de ensino (nível de dedicação); atividades de pesquisa (nível de dedicação); atualização (formas e meios); participação associativa. Enquanto o perfil discente é examinado na condição de alunos/futuro professor, com exame da origem social, formação, forma de ingresso, nível de apropriação e trajetória profissional.

Por fim, a categoria de acesso dos materiais pedagógicos, com centralidade do exame dos manuais pedagógicos (destinação, autores, editores, difusão, conteúdos explícitos, acesso), mas também de outras tecnologias de ensino (quadro-negro, retroprojeto, slides, músicas, filmes e, mais recentemente, mídias digitais integradas).

A definição do problema de pesquisa no campo da História das Disciplinas Escolares passa pela recusa a abordar o tema da História da Educação com finalidade de prescrição da forma ideal de inserir e de ensinar a disciplina nos cursos de formação de professores brasileiros.

Ao invés disso, os pesquisadores propõem abordar a temática como um esforço de investigação e compreensão do que tem sido o ensino das diferentes disciplinas nas instituições escolares disseminadas pelo mundo.

De modo geral, os questionamentos que ensejam as investigações e para os quais se espera apresentar, por meio do desenvolvimento das pesquisas, respostas satisfatórias incluem a busca de compreensão dos usos escolares e sociais das diferentes disciplinas nos diferentes níveis de ensino, com o exame das características mais marcantes das mesmas, em cada época histórica particular.

Para tanto, necessita-se determinar os lugares e tempos em que as disciplinas estiveram presentes desde sua introdução no ambiente escolar até os dias de hoje; compreender os processos que conferiram identidade às disciplinas, ou mesmo perceber as diferentes identidades que elas assumi-

ram em diferentes lugares institucionais nas diversas temporalidades a que estiveram relacionadas; apreender a diversidade de perfis programáticos que a disciplina possa ter assumido ao longo do tempo; ensinar esforços na direção da percepção do perfil dos docentes que têm se dedicado as diferentes disciplinas, bem como na percepção mais geral do perfil e do destino social dos alunos/futuros professores que freqüentam as aulas das disciplinas; desvendando as marcas histórico-educativas que perpassam os materiais pedagógicos fundamentais no trabalho docente/discente nas disciplinas escolares, com centralidade nos manuais escolares/livros didáticos amplamente utilizados em todo mundo. Quanto à construção de um corpus documental, a pesquisa em História da Educação, dado o recorte doutrinário e moralista que comportou por muito tempo (NUNES, 1996; WARDE E CARVALHO, 2000), abriu-se pouco ao diálogo entre teoria e evidência, presente, desde há muito, no campo da narrativa histórica de modo geral.

Nesse sentido, a pesquisa em História da Educação passou a significar, ao lado da pesquisa em História, a negação de hipóteses explicitadas de antemão, conforme expressou Nunes (2003) em tom autobiográfico,

Os autores lidos, sobretudo os historiadores citados, ensinaram-me que, ao contrário de um projeto no qual as hipóteses são explicitadas de antemão, o que importava era construir essa explicitação, para que o texto ganhasse movimento e interesse. Nada estaria definido a priori, embora isso não significasse a inexistência de um plano anterior. Escrever a história seria também recriar uma atmosfera (aquela sugerida pelos arquivos), preparando o leitor para o deslocamento de época, espaço, mentalidade (NUNES, 2003, p. 125).

Em termos epistemológicos, o que parece estar em jogo aqui não é a atribuição à razão, ao método ou mesmo às fontes de pesquisa do critério de validade dos conhecimentos científicos alcançados, mas, sim, a qualidade do diálogo estabelecido pelo pesquisador/historiador entre teorias, métodos e evidências na efetivação de seu processo de investigação, o que não aparece de antemão, mas, sim, nos resultados apresentados.

O termo objetivação passa, desse modo e no âmbito das ciências humanas, a representar bem o que se trata de observar em uma investigação científica (Laville e Dionne, 1999, p. 42-4) e, para o caso específico da pesquisa histórico-educacional, afasta-nos, de antemão, do campo de uma Filosofia da História, seja ela idealista ou realista, mas nos aproxima da necessidade da Historiografia, vista como lugar em que as diferentes interpretações, teorias

e métodos são analisadas a partir da qualidade do processo de objetivação alcançado pelo historiador na defesa de suas análises e interpretações, ou seja, de suas teorias.

Ainda nesse sentido epistemológico, as elaborações de Thompson, no seio do campo marxista inglês, comportavam, após a Primavera de Praga e em oposição às posições de Althusser, sua recusa em enxergar o conhecimento como um truísmo, ou seja, uma verdade que dispensa demonstração, típica do cartesianismo, ou seja, em última análise opõe-se à idéia de que o real seja a teoria (GATTI JR. e PESSANHA, 2005). Pare ele, o objeto real:

[...] é epistemologicamente inerte: isto é, não se pode impor ou revelar ao conhecimento: tudo isso se processa no pensamento e seus procedimentos. Mas isto não significa que seja inerte de outras maneiras: não precisa, de modo algum, ser sociológica e ideologicamente inerte. E coroando tudo, o real não está “lá fora” e o pensamento dentro do silencioso auditório de conferências de nossas cabeças, “aqui dentro”. Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o “real”, sentimos a nossa própria realidade palpável (THOMPSON, 198, p. 27).

Como desdobramento dessa assertiva explicitada em Thompson, pode-se proceder a uma associação na qual o processo de objetivação da investigação científica comporta uma relação necessária e fundamental entre o sujeito e o objeto de sua análise, sem isolá-los, mas percebendo seu diálogo, sua forma de interagir com os homens e mulheres do passado, por meio de suas idéias, mas também das idéias destes, conforme a análise realizada pelo investigador nas fontes que conseguir para elaborar suas interpretações sobre o passado singular em que viveram as pessoas que construíram seu objeto de trabalho. Nessa direção, Thompson (1981) ressalta que

O texto morto e inerte de sua evidência não é de modo algum ‘inaudível’; tem uma clamorosa vitalidade própria; vozes clamam do passado, afirmando seus significados próprios, aparentemente revelando seu próprio conhecimento de si mesmas como conhecimento (THOMPSON, 1981, p. 27).

Se as ideias de Thompson têm sido férteis no campo de análise da cultura, sobretudo pela forma original como ele apresenta o trabalho do

historiador, como o articulador de um diálogo criativo e rigoroso entre formulações teóricas e evidências na compreensão dos processos vivenciados pelos homens, suas experiências, na construção dos processos históricos das diversas formações sociais ao longo do tempo, elas poderiam se apresentar como enriquecedora na direção da construção de uma História da Educação interpretativa, sem a necessidade de estabelecer seus critérios de validade a partir exclusivamente de suas formulações racionais apriorísticas.

Esse entendimento, ainda que se utilizando de aportes teóricos diferenciados, tem sido apresentado por Nóvoa (1998), ao enfatizar a necessidade de uma nova formulação epistemológica que valorize o sujeito e que dê voz aos sujeitos educativos (p. 45-6), àqueles que em sua experiência efetivam o cotidiano escolar, em uma visão anti-althusseriana, na qual a escola é tomada como um lugar de reprodução e produção de uma cultura escolar e social, como um lugar de possibilidades e não de uma única possibilidade, de uma única visão de mundo.

A partir dessas reflexões iniciais é que se pode inserir a questão das fontes nas pesquisas sobre o ensino das diferentes disciplinas escolares, pois o desenvolvimento de abordagens no âmbito da História sobre a cultura e o cotidiano, desde o final da década de 1920, seja no campo dos historiadores marxistas ou dos historiadores franceses, promoveu, por uma série de motivos, um alargamento das fontes empregadas pelos historiadores nos processos de objetivação que empreendem em suas pesquisas (GATTI JR., 2002).

Com a difusão dessas novas formas de pensar, pesquisar e de narrar na História para o campo dos historiadores da Educação, prolifera entre estes também uma mudança tanto na forma de problematizar como na de efetivar a pesquisa histórico-educacional. Clarice Nunes, ao introduzir um estudo sobre os saberes construídos em História da Educação, por meio do exame dos manuais de história da educação, evidencia este alargamento de fontes na pesquisa histórico-educacional.

A descoberta desses modos de construção [da História da Educação] pode ser feita através de vários itinerários e com outras fontes, impressas ou não, como os discursos ministeriais, as circulares, os pareceres, os programas escolares, os relatórios de inspeção, os projetos de reformas, os artigos, os manuais destinados aos docentes, as polêmicas críticas, os planos de estudo, os planos de curso, os relatos de bancas examinadoras, os debates de comissões especializadas, etc. (NUNES, 1996, p. 67)

## 2. FONTES PARA A PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

À percepção desse alargamento de fontes para o estudo da História, da História da Educação agrega-se uma preocupação cada vez mais difundida pelos historiadores da educação com a aquisição de formação adequada para o trabalho com essas novas fontes, pois que, ao incluir entre os materiais históricos (fontes) evidências diversificadas, para além da documentação manuscrita e impressa (atas, normas, regulamentos, programas etc.), para as quais já havia procedimentos de tratamento sedimentados, surgem novos desafios, no sentido de garantir um processo de objetivação que não proceda, sobretudo, o rebaixamento da qualidade da interpretação em função de um procedimento pouco rigoroso com essas novas fontes, tais como: depoimentos dos sujeitos educativos, iconografia, objetos de ensino (museus escolares), imprensa periódica, manuais de ensino etc.

Além disso, disseminou-se uma percepção de novas entradas analíticas substantivas, como os processos de formação, profissionalização, recrutamento e de organização e mobilização dos professores, entre outros.

A título de exemplo, destaca-se no conjunto dessas novas fontes de pesquisa, dado o caráter ainda incipiente da pesquisa sobre o ensino de História da Educação no Brasil, a utilização nas pesquisas de manuais de ensino que tiveram centralidade já em alguns trabalhos (NUNES, 1996; VEIGA E FARIA FILHO, 2001), bem como da utilização dos programas de ensino (NÓVOA, 1994; BASTOS, BUSNELLO E LEMOS, 2006). Percebe-se, no entanto, que o empreendimento da pesquisa sobre o ensino de História da Educação tem um amplo espectro de articulações ainda a realizar, por meio do cruzamento dos resultados de pesquisas contextualizadoras (política e legislação de ensino), com essas que vão se iniciando sobre os manuais (CHOPPIN, 2002; ESCOLANO BENITO, 1998) e os programas de ensino, bem como, com as possibilidades que permanecem em aberto e envolvem histórias de vida (MONARCHA, 1999), depoimentos de autores, professores e alunos (a exemplo do que foi feito sobre os manuais escolares de História em GATTI JR., 2004), exame iconográfico, entre outras possibilidades que é possível vislumbrar nessa oportunidade e que poderiam captar o circuito de produção, divulgação e apropriação das representações sobre a História da Educação.

Assim, como desdobramento necessário da escolha do trabalho de investigação no âmbito de uma História Disciplinar mais abrangente, bem como das categorias de análise e suas variáveis correspondentes, a efetivação

da pesquisa far-se-á mediante a utilização de materiais históricos (fontes) variados que incluem:

- **bibliografia variada**, tais como livros científicos e manuais escolares/livros didáticos(sobretudo), capítulos, artigos científicos etc.;
- **impressos**, tais como legislação de ensino, grades curriculares, planos de ensino (sobretudo), planos de aula etc.;
- **manuscritos**, incluindo atas, diários de classe (sobretudo), cadernos de alunos/futuros professores etc.;
- **orais**, tais como depoimentos de autores de manuais pedagógicos, ex-professores, ex-alunos/futuros professores etc.;
- **iconográficas**, incluindo fotografias de época, com professores e turmas de alunos em sala de aula e mesmo fora dela.

Em vista da amplitude que as investigações sobre disciplinas escolares comportam, dada, sobretudo, a imensidão territorial e o nível de ocupação populacional e de difusão da escola no Brasil, os pesquisadores, de modo geral, procedem a reduções de escala que conferem caráter particular às investigações, o que ocorre, também, devido aos aspectos anteriormente elencados, em termos de categorias de acesso (presença, identidade, normas e finalidades, perfil docente e discente, perfil programático e materiais pedagógicos).

Na pesquisa histórica e especialmente na pesquisa educacional, o livro escolar foi objeto de uma série de análises alicerçadas em diferentes cortes teóricos e metodológicos, provenientes de diferentes campos de investigação científica. Porém, segundo Magda Soares,

Muitos e vários olhares vêm sendo lançados sobre o livro didático nos últimos anos: um olhar pedagógico, que avalia qualidade e correção, que discute e orienta a escolha e o uso; um olhar político, que formula e direciona processos decisórios de seleção, distribuição e controle; um olhar econômico, que fixa normas e parâmetros de produção, de comercialização, de distribuição. Avaliar qualidade e correção, orientar escolha e uso, direcionar decisões, fixar normas... são olhares que prescrevem, criticam ou denunciam; por que não um olhar que investigue, descreva e compreenda? Olhar que afaste o “dever ser” ou o “fazer ser”, e volte-se para o “ser” - não o discurso sobre o que “deve ser” a pedagogia do livro didático, a política do livro didático, a economia do livro didático, mas o discurso sobre o que “é”, o que “tem sido”, o que “foi” o livro didático. (SOARES, 1996, p. 53)

Olhares sócio-históricos, como os sugeridos por Magda Soares, já vinham sendo lançados desde a década de 1990, tais como nos trabalhos de Bittencourt (1990 e 1992); Carvalho (1991); Carvalho (1992), pesquisadores que se vinculavam ao campo de investigação da História das Disciplinas Escolares (CHERVEL, 1990; SANTOS, 1990). A própria dissertação de Selma Rinaldi Mattos, defendida em 1992, e que deu origem ao livro ora resenhado, associa-se a esse momento.

### 3. LIVROS QUE ABORDAM A TEMÁTICA DA HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

Quanto às obras que são afetas a História do Ensino de História podem ser destacadas algumas que foram publicadas em forma de livro ou de coletânea ou e que tiveram sua publicação desde o ano de 1990.

Em 1990, foi publicado pela “Edições Loyola” o livro intitulado “Pátria, Civilização e Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)”, de autoria de Circe Maria Fernandes Bittencourt. Texto pioneiro no âmbito da História das Disciplinas Escolares e da História do Ensino de História, oriundo de trabalho de pesquisa desenvolvido no período de 1985 a 1988, sob a orientação de Raquel Glezer, resultando em dissertação de Mestrado, cuja publicação em forma de livro conservou o título original, tendo sido defendida em 1988, no âmbito do Curso de Mestrado em História Social, da Universidade de São Paulo.

Trata-se de uma obra sobre o ensino de História em São Paulo no período republicano, cujo ponto de partida foi à recuperação da “pedagogia do cidadão”, fundamental para a compreensão das articulações teóricas do ensino de História naquele momento, bem como para a percepção do processo de ocultar as diversidades, as multiplicidades e a destruição sistemática de projetos alternativos que levaram o Estado Republicano a se considerar o “criador” da identidade nacional, o que significou um reencontro com formulações, propostas e estereótipos presentes desde o século XIX até a atualidade, como única forma, outrora e hoje, de formar cidadãos conscientes.

No primeiro capítulo, Bittencourt (1990) procede à contextualização do ensino de história nos ginásios paulistas, sob a luz da idéia de civilização e progresso, com análise específica das reformas ocorridas no ensino secundário, da “multiplicação das disciplinas históricas”, dos programas, métodos e conteúdos das aulas de História. Em seguida, a autora aborda a história ensinada na escola primária, sob a luz da idéia de pátria e trabalho, com aprofundamento nos programas de ensino das escolas populares e as repre-

sentações de trabalho e dos trabalhadores nas aulas de História, com vistas à formação do “cidadão digno”, pelo trabalho organizado, com o objetivo de construir a “nova nação moderna”, inspirada nos países europeus e norte-americanos. Finaliza com uma reflexão sobre a articulação das tradições nacionais ao papel fundamental exercido pelo ritual das festas cívicas, por meio da recuperação do processo de “construção das “tradições nacionais” e as festas cívicas organizadas nas escolas para perpetuar, na memória dos alunos, quem deveria ser considerado como agente histórico” (BITTENCOURT, 1990, p. 28). Assim, para a autora, cristalizava-se uma interpretação que levava à visão das crianças e jovens de que as autoridades e os membros das elites tinham exclusividade na ocupação do poder.

Depreendem-se da leitura atenta do texto que, para a construção da interpretação de Bittencourt, foram consultadas variadas modalidades de fontes de pesquisa: 1) fontes manuscritas, tais como livros de ata escolar, relação de diplomados no ensino superior; 2) fontes impressas, em especial, anais e anuários de organizações civis e religiosas ligadas à educação, inquéritos, jornais, legislação, programas de ensino, revistas; 3) bibliografia variada; 4) livros didáticos diversos. Nesta obra observam-se o equilíbrio na investigação entre a utilização da legislação de ensino, os programas de ensino e os livros escolares utilizados.

Em 1993, a editora Papirus publicou a obra intitulada “Caminhos da História Ensinada”, de autoria de Selva Guimarães Fonseca, cujo objetivo estava ligado a analisar as formas de ensino da disciplina História nas escolas brasileiras de 1º e 2º graus, atuais ensinamentos Fundamental e Médio. Livro este que consiste na comunicação de resultados de investigação desenvolvida no período de 1988 a 1991, com vistas à obtenção do título de Mestre em História Social, na Universidade de São Paulo, sob a orientação de Marcos Antonio da Silva.

No primeiro capítulo, a autora reflete sobre as alterações no currículo prescrito de História nas décadas de 1970 e 1980, passando pela doutrina de segurança nacional da época da Ditadura Militar, pela reforma educacional da Lei 5692/71 e, por fim, pelo revisionismo advindo do período de redemocratização na década de 1980. No segundo capítulo, Fonseca (1993) analisa as prescrições do Estado para o ensino de História, contidas nos guias curriculares de São Paulo e de Minas Gerais na década de 1970, a partir do preconizado na Lei 5692/71, bem como o crescimento da importância dos livros didáticos, como suportes privilegiados dos conteúdos explícitos da disciplina de História.

No terceiro capítulo, analisa a semelhança do capítulo anterior das prescrições estatais para o ensino oficial de História nos guias curricula-

res dos mesmos estados, Minas Gerais e São Paulo, porém, no período de mudanças viabilizadas pela abertura política vivenciada na década de 1980, com conseqüências marcantes para o ensino escolar da disciplina História. Por fim, no quarto capítulo, a autora faz digressões acerca da relação entre a universidade e o Ensino Fundamental nas mudanças no ensino escolar da disciplina de história, bem como das implicações da indústria cultural sobre estas mesmas mudanças.

Nesta obra, percebe-se a consulta a: 1) bibliografia variada na área; 2) documentos, relatos, pareceres e fontes estatísticas; 3) legislação de ensino; 4) livros didáticos e paradidáticos; 5) jornais, revistas, folhetos e artigos.

Sob o título de “Histórias do Ensino de História no Brasil”, Ilmar Rohloff de Mattos organizou uma coletânea em 1998, com publicação pela editora Access, congregando um texto de introdução do próprio organizador e seis capítulos com diferentes autores vinculados ao projeto “Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador”, no âmbito do Programa de Apoio à Integração Graduação-Pós-Graduação (PROIN), patrocinado pela CAPES/MEC.

A coletânea reúne capítulos de autores conhecidos da área de História e do ensino de História, a saber: Kaori Kodama, Selma Rinaldi de Mattos, Patrícia Santos Hansen, Luís Reznik, Daniel Mesquita Pereira e Francisco José Calazans Filho. Esforço importante de constituição da pesquisa histórica sobre o ensino de História no Brasil, com uso de variadas fontes de investigação no processo de construção dos objetos e das interpretações apresentadas.

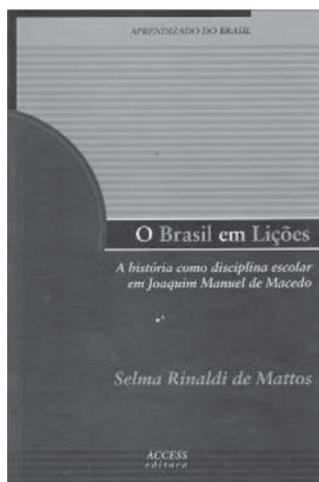


Figura 1: Capa do livro de Selma Rinaldi de MATTOS, de 2000, intitulado “O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo”, Rio de Janeiro: Editora Access.

Em 2000, Selma Rinaldi Mattos teve publicada a obra “O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo”, pela editora Acess. Fruto da dissertação de mestrado defendida no Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (IESAE/FGV), sob a orientação de José Silvério Baia Horta.

Mattos aborda a disciplina de História no período do Império Brasileiro, por meio do exame do processo de construção de uma biografia da nação como pedagogia da formação do povo brasileiro no Brasil Império: por meio da relação que estabelece em Joaquim Manuel de Macedo do I.H.G.B. e sua obra “Lições de História do Brasil”, destinada, inicialmente, ao ensino de História do Brasil no Imperial Colégio de Pedro II. As fontes empregadas na investigação incluem documentos manuscritos, periódicos, obras literárias, manuais escolares e bibliografia variada.

Sob impacto da nova historiografia brasileira, expressa na História Geral do Brasil, de Varnhagen, publicada em 1854, Macedo, entre 1861 e 1863, publicou as Lições de História do Brasil, objeto central da análise de Mattos, incluindo: Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II - 4º Ano (1861); Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II - 7º Ano (1863); Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária (1863). Obras que tiveram repercussão até a República Velha, com revisões e atualizações realizadas em 1905, por Olavo Bilac, e, entre 1914 e 1922, por Rocha Pombo. Mattos informa também sobre a atuação político-partidária de Macedo, que teria tido mandato como Deputado Provincial pelo Partido Liberal nos seguintes períodos sucessivos: 1864-66, 1867-68, 1878-81. Sua morte, em 1882, interromperia essas atividades.

Mattos parte da assertiva de que Macedo distinguia a pesquisa e escrita da História (para o que o papel do IHGB era central) e do ensino de História, enquanto campo da difusão de conhecimentos (para o que o papel do ICPII era primordial). Para Mattos, ao ver o indígena como um bárbaro sem fé, Macedo “[...] quase trezentos anos depois, [...] ensinava algo semelhante aos estudantes e meninos, frisando a importância de impor uma fé, uma lei e um imperador àqueles que insistiam em permanecer fora da História” (MATTOS, 2000, p. 107).

Porém, foi o tema da Guerra Holandesa que mais contribuiu para dar consistência empírica à interpretação construída por Selma Rinaldi Mattos sobre as Lições de Macedo. O autor de A Moreninha via, na Guerra Holandesa, seu caráter civilizador, pois a “[...] luta permitia que as qualidades positivas daquelas duas outras ‘raças’ se manifestassem, simbolicamente,

em seus representantes já ‘civilizados’ ” (MATTOS, 2000: 110), deixando claro aos jovens leitores o que deveria ser o Brasil independente: “[...] uma monarquia, de população católica, mas onde a liberdade se expressava por meio da existência de um governo constitucional, da tolerância religiosa e da liberdade comercial” (MATTOS, 2000, p. 113). E o que era mais importante para Mattos: a “[...] narrativa da ‘guerra holandesa’ é a maneira de constituir uma memória nacional e uma história geral, em oposição a uma memória nativista e uma história provincial” (MATTOS, 2000, 113).

Por fim, sobre a temática da emancipação política, Mattos assinala o caráter evolucionista da biografia da nação difundida por Macedo: “[...] a Independência (a ‘fase adulta’) era um desdobramento natural e inevitável do descobrimento e da colonização portuguesas)” (MATTOS, 2000, p. 115).

Na investigação, a autora utilizou-se de fontes manuscritas, dicionários, revistas e jornais impressos, manuais escolares e obras literárias de Joaquim Manuel de Macedo e bibliografia variadas (artigos e livros).

Em 2001, foi publicada a obra de Flávia Eloisa Caimi, “Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)”, pela editora da Universidade de Passo Fundo (UPF). Resultado de pesquisa desenvolvida no período de 1997 a 1999 no Curso de Mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo, sob a orientação de Astor Antônio Diehl.

O trabalho está apresentado em cinco capítulos. No primeiro, a autora situa questões relacionadas à origem da disciplina no século XIX e a proposta de José Veríssimo no final desse mesmo século, passando pelas assertivas oriundas da I Conferência Nacional de Educação de 1927, chegando à análise do ocorrido na década de 1930 e a emergência dos Estudos Social durante a Ditadura Militar de 1964. Percurso este que objetivas apontar os caminhos da história como disciplina escolar.

No capítulo dois, a autora trata dos agentes da discussão sobre ensino de História nas décadas de 1980 e 1990, como esforço de consubstanciação da base empírica da investigação. Aborda, desse modo, a identidade dos autores de obras sobre o ensino de História no período, seus suportes bibliográficos de âmbito geral e especificamente sobre o ensino de História, bem como as principais tendências do debate acadêmico e escolar sobre o ensino de História.

A natureza, a especificidade e os principais elementos da crise do ensino de História são os temas abordados no terceiro capítulo da obra de CAIMI. Para tanto, discorre sobre sub-temas variados, incluindo: as relações entre ensino, sociedade, meios de comunicação social e Estado; as políticas educacionais e a implantação dos Estudos Sociais; a formação dos profissio-

nais na área de História; a influência da Historiografia e as concepções de História; as concepções de ensino e de aprendizagem; o papel de professores e alunos no processo pedagógico.

No quarto capítulo, a autora aponta as perspectivas, propostas e tendências atuais da pesquisa e do ensino de História, abordando sub-temas tais como: a realidade social como objeto, objetivo e finalidade do ensino de História; a integração pesquisa-ensino; a formação e atuação do professor; a relação presente-passado; a dicotomia identidade nacional/pluralidade cultural.

Por fim, no quinto capítulo, a autora estabelece relações entre os paradigmas da História e as metodologias de ensino, por meio da análise dos paradigmas da modernidade e da pós-modernidade, situando as críticas direcionadas ao ensino de História e as propostas decorrentes para o ensino de História.

Por se tratar de um trabalho em que a reflexão teórico-metodológica sobre o ensino de História predominou a consulta a fontes bibliográficas de modo geral e, de modo particular, àquelas referentes ao ensino de História, sobretudo em forma de livros e de coletâneas, mas também de periódicos científicos.

Em 2003, Thais Nívia de Lima e Fonseca, sob o título de “História & Ensino de História”, teve publicada, pela Editora Autêntica, uma obra de reflexão sobre “a trajetória do ensino de História ao longo do tempo, no Brasil, e sobre múltiplas faces, expressão da complexidade que o envolve desde que a História tornou-se disciplina escolar” (FONSECA, 2003, p. 7).

No primeiro capítulo, *A história do ensino de História: objeto fontes e historiografia*, a autora faz uma reflexão conceitual significativa e mais geral sobre a história das disciplinas escolares e, em seguida, faz aprofundamentos, primeiramente, sobre A História como disciplina escolar e, finalmente, sobre a história do ensino de História.

Em *A história do ensino de História no Brasil*: tendências, segundo capítulo do livro, a autora destaca a produção relativamente pequena de estudos na temática em referência e aponta limitações quanto às fontes consultadas pelos pesquisadores, que não acrescentam o papel da mass media na conformação da memória nacional.

No terceiro capítulo, *Exaltar a Pátria ou formar o cidadão*, Fonseca aborda a especificidade da História como disciplina escolar no Brasil, tendo relações entre política, cultura e ensino de História. Por fim, em *Procurando pistas, construindo conexões: a difusão do conhecimento*, quarto e último capítulo, a autora procede à análise das formas de apropriação do

conhecimento histórico, a partir da temática da escravidão brasileira entre os séculos XVI e XIX.

No processo de objetivação da investigação, a autora consultou diversos livros didáticos da segunda metade do Século XX; documentos impressos, tais como, Instruções aos Professores, Decretos-Lei governamentais, hinários etc.; fontes manuscritas; jornais de época; bibliografia variada.

Trata-se de importante coletânea para as reflexões em torno do tema da História das Disciplinas Escolares, publicada pela Editora da Universidade São Francisco também em 2003, com organização de Marcus Aurelio Tabora de Oliveira e Serlei Maria Fischer Ranzi, ambos da Universidade Federal do Paraná, sob o título “História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate”.

A coletânea reúne textos que abordam temáticas diferenciadas no campo da História das Disciplinas Escolares, com aproximações de aspectos teórico-metodológicos e também de resultados de investigações recentes nos campos das disciplinas de Geografia, das Humanidades, da Educação Física, da Matemática, do Espanhol, da Física e da História.

Interessam particularmente para este estudo, o texto de Circe Bittencourt, “Disciplinas Escolares: história e pesquisa” que faz uma reflexão importante sobre a pesquisa sobre disciplinas escolares; o texto de Serlei Maria Fischer Ranzi e Cleusa Maria Fuckner, “A Disciplina Escolar de História no Ensino Médio no Paraná: uma proposta de análise” que trata da especificidade do ensino de História no nível médio, com abordagem do que se passa no Estado do Paraná.

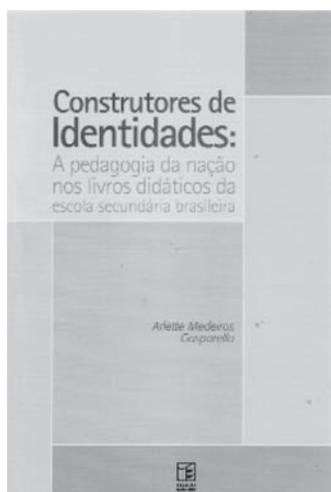


Figura 2: Capa do livro de Arlette Medeiros GASPARELLO, de 2004, intitulado “Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira”, São Paulo: Iglu Editora.

Em 2004, encontrou publicação pela “Iglu Editora” a obra de Arlette Medeiros Gasparello, intitulada “Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira”. Trata-se de comunicação em forma de livro do resultado de investigação desenvolvida entre 1998 e 2002 no Curso de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação de Kazumi Munakata, sendo que no processo de construção da interpretação histórico-educacional pela autora foram utilizadas,

[...] fontes localizadas principalmente no Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro/Centro); na Biblioteca Nacional; no Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) e no Arquivo Nacional. Foram também realizadas consultas no acervo da Biblioteca do Livro Didático, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e na Biblioteca Central da Universidade Federal Fluminense (UFF). (GASPARELLO, 2004, p. 28-9)

A pesquisadora desenvolveu sua investigação com o emprego de fontes manuscritas; impressas, tais como anuários do Colégio Pedro II, livros didáticos, documentos parlamentares, programas de ensino, Leis e Decretos, Regimentos e Portarias, Publicações do Colégio Pedro II e Almanques; dicionários e enciclopédias; bibliografia ampla e diversificada.

A partir de referencial teórico calcado em Elias (1994), a autora optou por uma abordagem sociocultural da construção do discurso nacional na historiografia didática, tendo como fonte privilegiada o livro didático, tomado como objeto material e cultural que se consubstancia como um “espaço de relações” (GASPARELLO, 2004, p. 29), sendo que o livro encontra-se organizado em quatro capítulos.

No primeiro, “A Instrução Secundária: um modelo nacional”, a autora deteve-se sobre o lugar institucional do Colégio de Pedro II, a corte, a escola na Modernidade, o ensino de Humanidades e o lugar do ensino de História, com aprofundamento no processo de institucionalização da disciplina História do Brasil, em sua relação com a História Universal.

“A História Patriótica” é o título do segundo capítulo, que mergulha na caracterização dos princípios e ideais do nacional-patriotismo, animando esta produção historiográfica vinculada ao ensino secundário brasileiro no período de 1831 a 1861, com destaque para a abordagem da obra de Abreu e Lima e para o exame dos primeiros compêndios, em especial, da idéia de nação que comportavam.

No terceiro capítulo, *A legitimação do modelo nacional* (1861-1900), Gasparello aborda em profundidade o projeto de nação do IHGB e assinala a importância de Varnhagen nesse processo, bem como trata do conteúdo de história nacional contido nas Lições escritas por Joaquim Manuel de Macedo e Luis de Queirós Mattoso Maia.

Por fim, no quarto capítulo, *A Nação nos Compêndios Republicanos*, a autora, busca os marcos referenciais que passam a animar esta nova época de produção didático-historiográfica, com a abordagem da contribuição de Capistrano de Abreu para esse processo e tratamento aprofundado de autores como João Ribeiro, Pedro do Coutto, Mário de Veiga Cabral, Max Fleiuss, Basílio de Magalhães etc.



Figura 3: Capa do livro de Décio GATTI JR., de 2004, intitulado “A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)”, Bauru/SP: Edusc, Uberlândia/MG, Edufu.

Ainda em 2004, foi publicada a obra de Décio Gatti Júnior, “A Escrita Escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)”, em regime de co-edição pela Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC) e pela Editora da Universidade Federal de Uberlândia (EDUFU). Fruto de pesquisa desenvolvida no período de 1994 a 1998, no Curso de Doutorado em Educação (História e Filosofia da Educação), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação de Ester Buffa.

Na obra, as análises detiveram-se sobre as obras didáticas e os depoimentos de autores e editores de livros didáticos de História selecionados, com conclusões tais como a de que o processo de massificação do

ensino brasileiro, iniciado na década de 1960 e aprofundado na década de 1970, motivou a transformação dos antigos manuais escolares nos modernos livros didáticos, significando a passagem do autor individual à equipe técnica responsável e a evolução de uma produção editorial quase artesanal para a formação de uma poderosa e moderna indústria editorial.

Durante a investigação, o olhar do pesquisador foi o sócio-histórico, concentrando-se no exame das mudanças dos conteúdos e formas editoriais em livros didáticos de História destinados aos Ensinos Fundamental e Médio, escritos e publicados no Brasil entre as décadas de 1970 e 1990, bem como na análise de depoimentos colhidos ao longo do segundo semestre de 1997, junto aos autores e editores dos livros didáticos examinados. Partiu-se da idéia de que os livros didáticos, nas décadas de 1970 e 1990, exerceram, simultaneamente, a função de portadores dos conteúdos explícitos e de organizadores das aulas de História nos níveis fundamental e médio da educação escolar brasileira. Do exame dessas fontes e mediante o cotejamento e o diálogo destas com a bibliografia pertinente, foram construídas as idéias centrais que conduzem o texto que comunica o resultado da investigação realizada.

Outra obra na temática da história do ensino de História reúne trabalhos produzidos entre 1997 e 2003 por Itamar Freitas, da Universidade Federal de Sergipe, sob o título geral de “Histórias do Ensino de História no Brasil (1890-1945)”, São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. Na primeira parte há textos que registram, respectivamente, os itinerários percorridos pelo ensino de história no Brasil, as marcas deixadas por Taunay em São Paulo e as preleções de Isoldi na Faculdade de Letras e Filosofia de São Paulo (1931-2). Na segunda parte, com seis textos, são abordados os seguintes temas: as diferentes pedagogias da história no alvorecer da República, a história universal de Benevides, a história erudita em São Paulo (1894-1940), os conselhos de Braudel para o ensino de história no Brasil (1936), o combate à francofilia em Murilo Mendes (1935) e, por último, o estilo pedagógico de Genolino Amado.

Por fim, o autor apresenta, em apêndice, um texto que antecipa o centenário de publicação da obra de Langlois e Seignobos (1898), “*Introduction aux Études Historiques*”, obra, segundo o autor, que contribuiu para a formação de toda uma escola de historiadores ao longo do século XX e que, menosprezada pelas gerações atuais de historiadores, acaba por tornar-se desconhecida.



Figura 4: Capa da obra de Circe BITTENCOURT, intitulada “Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)”, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

A última obra relacionada à temática da História do Ensino de História foi publicada recentemente, em 2008, intitulada “Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)”, de autoria de Circe Bittencourt, pela Autêntica Editora, de Belo Horizonte. Texto que comunica o resultado da pesquisa desenvolvida pela autora entre 1988 e 1993, no interior do Curso de Doutorado em História Social na Universidade de São Paulo, sob orientação de Raquel Glezer.

De fato, o texto que deu origem ao livro é a tese de doutorado de Circe Bittencourt, que está disponível na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo desde a época da defesa de seu doutorado, em 1993. Nestes quinze anos que separam o momento de defesa da tese à publicação em forma de livro, o texto ganhou circulação nacional e internacional, sendo reprografado por inúmeros pesquisadores. Sem dúvida, a publicação em forma de livro é importante pela possibilidade de ampliação do número de leitores da obra, para além do público especializado, bem como pelo maior permanência e durabilidade que a obra ganha nesse formato.

O livro manteve o texto da tese em sua quase integralidade, com divisão em três partes. Na primeira, intitulada “Literatura Escolar e Estado” a autora apresenta dois capítulos nos quais aborda o papel do livro didático na construção do saber escolar e a relação entre o Estado e as editoras.

“Livro didático e disciplina escolar” é o título da segunda parte, também dividida em dois capítulos, nos quais são abordados diferentes temas. Primeiramente é realizado um histórico do ensino de História, por meio da análise dos programas de ensino e dos livros didáticos, com análise do percurso de passagem da História Sagrada à História Profana e os confrontos na produção didática em relação às proposições de uma História Universal ou

de uma História das Civilizações. Em seguida, a autora, trata da emergência da História do Brasil nos livros didáticos, por meio da análise dos autores dos compêndios, das temáticas e periodizações privilegiadas e da noção de tempo e espaço em obras específicas.

Na terceira e última parte, intitulada “Usos do livro didático”, a autora, também em dois capítulos, trata da relação estabelecida entre os livros didáticos e os professores, por meio da análise da formação e da atuação dos mestres normalistas ou leigos, das condições de trabalho desses mestres e sua relação com os livros, da especificidade dos professores-autores do ensino secundário e do diálogo dos autores com os mestres; dos usos dos livros didáticos nas salas de aula, por meio do tratamento de questões relacionadas aos métodos pedagógicos e as formas de leitura, bem como das salas de aula e as práticas de leitura.

Em seu processo de pesquisa, a autora utilizou-se de fontes manuscritas (correspondências, contratos, anotações), impressas (catálogos das editoras, relatórios, legislação e programas de ensino), periódicos (revistas), anuários de ensino, livros didáticos (História Geral e do Brasil), bem como de farta bibliografia de referência.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se do estudo realizado a partir do exame das obras vinculadas à temática da História do Ensino de História no Brasil, publicadas em forma de coletânea ou de livro no Brasil, no período de 1990 a 2008, que este campo de investigação encontra-se estruturado, com fundamentos teórico-metodológicos que superaram as abordagens restritivas e reducionistas do passado, pois, ao invés da busca de estabelecer uma relação mecânica entre o diagnóstico e a prescrição das formas de melhorar o ensino de História, consolidou uma abordagem que busca compreender a dinâmica sócio-histórica que envolve o processo de constituição da disciplina no âmbito escolar.

Destaca-se ainda a percepção de que houve uma necessária convergência de interesses de pesquisa, de categorias de análise, de procedimentos de pesquisa e de utilização de fontes nas diferentes investigações empreendidas, com aproximações entre as pesquisas sobre História das Disciplinas Escolares, Histórias das Instituições Escolares e das nomeadas culturas escolares ou práticas escolares, pois ocorreu entre os pesquisadores o entendimento da necessidade de aproximar, na análise histórico-educacional, o currículo prescrito para a disciplina daquilo que efetivamente se materializa no âmbito

escolar, na direção de determinar o saber histórico escolar disseminado e apreendido pelos indivíduos.

THEORETICAL-METHODOLOGICAL ASPECTS, SOURCES AND HISTORIOGRAPHY OF THE HISTORY OF TEACHING HISTORY IN BRAZIL (1990-2008)

**ABSTRACT:** This study is the presentation of reflections undertaken based on the analysis of historical-educational production connected with the theme of History of School Subjects. From the analysis is inferred the existence of theoretical-methodological foundations of the History of School Subjects that support the refusal of treating the theme of the school subject in a prescriptive and a-historical manner, the effort in approaching the theme in a comprehensive manner and, finally, the search for understanding the social uses of the subjects at different levels of teaching. From the point of view of sources, in the history of school subjects there is fertility in the use of evidence like those most commonly presented in investigations in this field, namely: a varied bibliography, printed and handwritten documents, oral testimony and iconography.

**KEY WORDS:** History, Education, School Subject, Theory, Sources.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Câmara; BUSNELLO, Fernanda de Bastani; LEMOS, Elizandra Ambrosio. A Disciplina História da Educação no Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1942-2002). *História da Educação*. v. 10, n. 19, 2006. p. 181-212.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Pátria, Civilização e Trabalho: O Ensino de História nas Escolas Paulistas (1917- 1939)*. São Paulo: Loyola. 1990.

BITTENCOURT, Circe M. F. (1992) *Livro Didático e Conhecimento Histórico* (Tese de Doutorado). São Paulo. FAE/USP. 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas Escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de e RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.). *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista/SP: EDUSF/CDAPH, 2003. p. 9-38.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro Didático e Saber Escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CAIMI, Flávia Eloisa *Conversas e Controvérsias: o ensino de História no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2001.

CARVALHO (a), Anelise M. M. *Pregadores de Idéias, Animadores de Vontades: livros didáticos, nos anos 1930-1940*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP. 1992.

CARVALHO (b), Lídia I. *A Distribuição e Circulação de Livros nas Escolas Paulistas*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo. 1991.

CHERVEL, André História das Disciplinas Escolares. *Teoria e Educação*. nº. 2, 1990, p. 177-229.

CHOPPIN, Alain L'histoire du livre et de l'édition scolaires: vers un état des lieux. *Paedagogica Historica*. v. 38, n. 1, 2002. p. 21-49.

ESCOLANO BENITO, Agustín La investigación historico-educativa y la formación de profesores. *Revista de Ciências de la Educación*. nº. 157, 1994. p. 55-69.

ESCOLANO BENITO, Agustín (dir.). *Historia Ilustrada del Libro Escolar em España: de la posguerra a la reforma educativa*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. 1198

FONSECA, Selva Guimarães *Caminhos da História Ensinada*. Campinas/SP: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas/SP: Papirus, 1997.

FONSECA, Thais Nivia L. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREITAS, Itamar *Histórias do Ensino de História no Brasil (1890-1945)*. São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

GASPARELLO, Arlette Medeiros *Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu Editora, 2004.

GATTI JR., Décio. *A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas*. Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2002. p. 3-24.

GATTI JR., Décio. *A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru/SP: Edusc, Uberlândia/MG, Edufu, 2004.

GATTI JR., Décio e PESSANHA, Eurize. História, Cultura e Educação: categorias de análise e fontes na construção da memória histórico-escolar. In: GATTI JR., Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.) *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas/SP: Autores Associados, Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2005. p. 71-103.

LAVILLE, Chrisitan e DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. (Revisão técnica e adaptação da obra de Lana Mara Siman), Porto Alegre/RS: Editora Artes Médicas. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

MAGALHÃES, Justino. Fazer e Ensinar História da Educação In: *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga/Portugal: LUSOGRAFE, Universidade do Minho, 1998. p. 9-33.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Histórias do Ensino da História no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Access, 1998.
- MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em Lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. (Coleção Aprendizado do Brasil; 1) Rio de Janeiro. Access. 2000.
- MONARCHA, Carlos. (org.). *História da Educação Brasileira: formação do campo*. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 1999.
- NÓVOA, António. *História da Educação*. Relatório da disciplina História da Educação, apresentado no âmbito das provas para obtenção da agregação. [Impresso] Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 1994.
- NÓVOA, António. História da Educação: “novos sentidos, velhos problemas”. In: MAGALHÃES, Justino (org.) *Fazer e Ensinar História da Educação*. Braga/Portugal: LUSOGRAFE, Universidade do Minho, 1998. p. 35-54.
- NUNES, Clarice. Ensino e Historiografia da Educação: problematização de uma hipótese. *Revista Brasileira de Educação*. n. 1. jan./abr. 1996. p. 67-79.
- NUNES, Clarice. O ensino da história da educação e a produção de sentidos na sala de aula. *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 6. jul./dez. 2003. p. 115-58.
- OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Ficher. *História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- SANTOS, Luciola L. C. P. dos. História das disciplinas escolares. *Teoria da Educação*. Pannonica. Porto Alegre, n. 2. 1990. p.21-29.
- SANTOS, Maria Teresa. Percurso e Situação do Ensino de História da Educação em Portugal. In: GATTI JR., Décio e PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). *Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação*. Uberlândia/MG. EDUFU, 2007. p. 75-97.
- SOARES, Magda Becker. Um olhar sobre o livro didático. *Presença Pedagógica*. Belo Horizonte. 2 (12) 54-63. nov./dez. 1996.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.
- VALENTE, Wagner Rodrigues. Considerações sobre a Matemática Escolar numa Abordagem Histórica. *Cadernos de História da Educação*. no. 3, 2004. p. 77-82.
- VEIGA, Cynthia Greive e FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Escrita da História da Educação Mineira: a produção de Paulo Krüger. In: GONDRA, J. (org.). *Dos Arquivos à Escrita da História: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX*. Bragança Paulista. Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 37-58.
- WARDE, Mirian Jorge e CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Política e Cultura na Produção da História da Educação no Brasil*. Contemporaneidade e Educação. v. 5, n. 7, 2000. p. 9-33.